

**“Um prato indigesto para ARENA”:**  
as nuances da abertura política em Santa Catarina.

TÂMYTA ROSA FÁVERO\*

Ao atentar para a pluralidade dos ritmos que caracterizam a História Política e trazendo à tona as disputas ocorridas em Lages na década de 1970, é possível observar mudanças singulares experimentadas por grande parte da população naquele momento, sem esquecer, entretanto, das conjunturas políticas que se apresentavam em todo o Brasil. Os *velhos grupos* que se mantinham presentes nos ambientes políticos e públicos de Lages e também no âmbito do Estado desde o início do século XX apresentam-se enfraquecidos na década de 1970 frente aos novos atores que surgiam no cenário político. Porém estes *grupos* não se afastam dos bastidores eleitorais, buscando de alguma forma sustentar sua influência, ao “inventar” pilares que pudessem nutrir seus interesses. As eleições municipais ocorridas na década de 1970, com as vitórias do MDB, na “velha Lages”, antes com visibilidade estadual por ser o antigo reduto dos “políticos profissionais” da família Ramos, demonstraram que os herdeiros da rede que circundava Nereu Ramos, no extinto PSD, não possuíam mais o mesmo prestígio das décadas precedentes. As polarizações familiares, o desgaste provocado pela ditadura militar e o vasto investimento da oposição em nomes que demonstravam possíveis inovações, fizeram Lages experimentar “uma nova política” no poder executivo.

Porém, não há uma ruptura abrupta com as antigas práticas. Durante a campanha de Juarez Furtado pelo MDB, diante das relações da família de Furtado com os Ramos, é possível perceber aqui uma possível tentativa de buscar a continuidade em uma liderança que representasse seus interesses nas decisões públicas. Além disso, nos deparamos durante os anos subsequentes com uma política ainda delineada por certas tradições. O ano de 1976, contudo, caracterizou-se por mudanças mais perceptíveis, relativas aos caminhos perseguidos anteriormente, seja através da atuação de Juarez Furtado/Dirceu Carneiro, seja pela abertura política que pairava o horizonte político do país.

---

\* A autora atualmente é mestranda em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Diante destes desdobramentos, ao transitar pelo período, e salientando que as eleições são providas de muitas significações, cabe uma vez mais alertar para os “dados múltiplos e complexos cuja combinação desemboca na existência e na ação dos partidos: o peso da tradição e o jogo das mentalidades” (BERSTEIN, 2003, p.58). Todo o conjunto de relações e redes de interesses criados no interior dos partidos políticos, devem ser observados recriando as significações do resultado eleitoral sem atentar apenas para o seu imediato. Há condições e pontos-chave que prenunciam muito mais do que apenas uma disputa entre candidatos, trazendo à tona mudanças e permanências que, no período aqui tratado, desaguaram em uma Lages nem tão arraigada em seus hábitos políticos, nem tão inovadora nas relações entre os grupos dirigentes e população.

As eleições de 1972 resultaram em mudanças políticas em Santa Catarina. Os processos eleitorais que se avizinhavam fizeram com que o Movimento Democrático Brasileiro se fortalecesse. “Além de reconquistar mais 16 prefeituras, conseguiu vencer nos Municípios de grande expressão eleitoral e econômica”.<sup>1</sup> Além de Lages, o MDB conquistou a prefeitura de “Blumenau, Joinville, Joaçaba, Brusque, Campos Novos, Rio do Sul e Palhoça. Enquanto que a ARENA à exceção de Tubarão, Criciúma, Chapecó, Itajaí e Porto União, todas as vitórias conquistadas foram em municípios de pouca expressão”.<sup>2</sup>

Pois bem, 1974 significou uma nova gama de vitórias do partido oposicionista na Assembléia Legislativa e no Senado. O partido vinha se legitimando como oposição e criando corpo na representatividade pública. O lageano Francisco Küster foi eleito Deputado Estadual pelo MDB. Para a Câmara Federal, Laerte Ramos Vieira elege-se também pelo mesmo partido. A supremacia eleitoral do MDB transformou-se, a partir de 1974, num dado político fundamental. Segundo Bolívar Lamounier, o ano de 1974 “atuou como acelerador, sinalizando claramente para os círculos dirigentes o crescente descompasso entre sua conduta e os sentimentos de uma grande parte da população, notadamente da população urbana” (1980, p.7). O processo eleitoral passa por uma revalorização a partir deste mesmo ano, sendo que a própria existência de um calendário eleitoral com um mínimo de credibilidade constituiu por si só um uma pressão para a

---

<sup>1</sup> Correio Lageano. Lages, 22/11/1972.

<sup>2</sup> Correio Lageano. Lages, 22/11/1972.

redemocratização no país. Quanto ao mecanismo eleitoral, Lamounier ressalta que “exatamente por ser altamente formal, abstrato e, neste sentido, *incerto*, ele permitiria o início cauteloso de um realinhamento *sem* precipitar definições substantivas muito amplas sobre as futuras intenções do governo” (1980, p.101).

Para Yan de Souza Carreirão, as eleições de 1974 representaram “uma ruptura na história eleitoral de Santa Catarina” porque “um partido de oposição às oligarquias dominantes pelo menos desde 1930, vence as eleições justamente no cargo mais elevado em jogo: o do senador” (1990, p.119). O eleitorado de Santa Catarina seguiu a tendência nacional. Dada a magnitude do alcance da votação no partido oposicionista, as lideranças do regime militar foram obrigadas a conviver com um cenário desfavorável, no qual a “descompressão” passou a ser uma perspectiva clara, dado que houve o “retorno a eleições mais competitivas” e a existência de “uma imprensa mais autônoma” (LAMOUNIER, 1985, p.88). Quanto a Santa Catarina, Carreirão exprime que

embora o crescimento eleitoral do MDB (acompanhando o crescimento em todo o país) se dava em grande parte ao desgaste do regime militar e á insatisfação generalizada da população – insatisfação que passa a ser canalizada para o partido de oposição – o processo de urbanização que se efetua na década de 70 em Santa Catarina deve ter contribuído também para acelerar aqueles processos acima, minando progressivamente as bases do arenismo (1990, p.121).

Todo o país passava, neste momento, por um processo de urbanização acelerado, e Lages assim como outras cidades de médio porte, não obtinha a infra-estrutura necessária para receber os grandes contingentes de pessoas que passaram a migrar do meio rural para as grandes cidades. Isto desencadeou, ao longo do tempo, uma série de demandas sociais e políticas que forçavam por mudanças, o que, de certo modo, abalava a estabilidade do regime.

Após o período de governo emedebista de Juarez Furtado (1973-1976), mesmo que com atuação política discreta, mas marcante no conjunto de obras urbanas realizadas, o MDB chegava fortalecido às eleições de 1976, em Lages. O Correio Lageano continuava a ser o principal órgão de informação impressa e permitia um conjunto de informações mais amplas do que as possíveis em outros meios, como o rádio e a televisão, completamente controlados pela censura. A coluna “*Política & Políticos*”, assinada por “*Al Cunha*”, um pseudônimo obviamente anedótico, explanou em sua primeira edição, a preocupação com os debates partidários e anunciava estar de

“antenas ligadas, atentas, portanto, a todos os movimentos políticos locais para trazer bem informados os nossos leitores”.

Ainda durante a vigência da campanha eleitoral, uma notícia publicada no Correio Lageano merece destaque. Informava haver sido “aprovada pela Câmara Federal a lei que regulamenta a propaganda aplicada no rádio e na televisão”. O próprio texto da nota trazia a pergunta: “e os jornais como é que ficam? Estamos às ordens”. A resposta ensaiada pelo articulista é bastante emblemática. A lei referida na coluna política de domingo do Correio Lageano, de número 6.339, de 1º de julho de 1976, criada pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão, tinha o objetivo de evitar o uso da propaganda política na televisão e no rádio para criticar o regime. Com a nova lei a determinação era que na propaganda eleitoral, os partidos se limitassem a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, podendo divulgar pela televisão sua fotografia e mencionar o horário e o local dos comícios. O jornal tornava-se, então, a principal fonte de informações sobre as eleições.

As possíveis articulações partidárias foram delineadas pela cobertura efetuada pelo Correio Lageano. Segundo a publicação, a ARENA adotava uma postura mais uniforme para as eleições de 1976 e tentava “agrupar todas as correntes partidárias com sublegendas em torno dos nomes de Paulo Duarte, Nilton José Neves e Manoel Antunes Ramos”. Em conclusão: “um prato indigesto para o MDB”. Por outro lado, a candidatura de Dirceu Carneiro, nome que despontou com força por ter sido o vice-prefeito de Juarez Furtado, apresentava-se “solidificada e tranqüila dentro das hostes do MDB”. Em sua primeira página, contudo o jornal não escondia suas preferências e, talvez, seus desejos políticos: “ARENA irá vencer em 80% dos Municípios brasileiros”.<sup>3</sup> As palavras vinham de Magalhães Pinto, Senador e Presidente do Congresso Nacional. De onde vinha esta confiança no partido governista?

No dia 4 de agosto, com informação considerada “de fonte segura”, o jornal confirmou, embora extra-oficialmente, as candidaturas em sublegendas diferentes de Dirceu Carneiro, Francisco Küster e Aristiliano (Nenê) Mello..

Mas os “conchavos de bastidores” continuaram até vésperas das inscrições para as eleições. A convenção da ARENA, no fim de agosto, recebeu destaque de primeira página do Correio Lageano, que não poupava espaço para o “o entusiasmo dos paredros

---

<sup>3</sup> Correio Lageano. Lages, 04/08/1976.

arenistas”.<sup>4</sup> O jornal, afinal, mostrou ter informações procedentes sobre a corrida eleitoral: a ARENA estabeleceu candidatos para três sublegendas, Paulo Duarte, Evaldo Amaral e Aderbal A. Andrade. Pelo MDB ficaram realmente estabelecidas as candidaturas de Dirceu Carneiro, Francisco de Assis Küster e Aristiliano Melo de Moraes.

Laerte Ramos Vieira, líder do MDB na cidade, ao lembrar a campanha eleitoral anterior salientava que, novamente, prevaleciam, a “absoluta e integral unidade partidária”, o que seria a base para nova vitória emedebista, visto o preenchimento do número total de candidatos à chapa de vereadores, para “dar continuidade à grande administração emedebista dirigida por Juarez Furtado e Dirceu Carneiro”.<sup>5</sup> Na mesma matéria o jornal reportava as opiniões de arenistas, para os quais a campanha de 1972 servira como “uma lição dura” para o partido, o qual evitaria os erros cometidos e estava unida em torno de “três candidatos” que concorriam “na mais perfeita harmonia com um único objetivo: recuperar a prefeitura”.<sup>6</sup> Verifica-se que o quadro eleitoral de 1976 fazia parte de um processo mais amplo de disputas políticas que, nos últimos anos, transformava a cidade num palco de conflitos importantes. As transformações sociais e políticas ocorridas faziam parte das preocupações de ambos os lados, mas prejudicavam especialmente os seguidores das tradicionais estruturas de poder em Lages.

A necessidade de evitar nova derrota eleitoral e propiciar espaço para a oposição no quadro político lageano levava os arenistas a forçar uma homogeneidade de ações em seus quadros. No final do mês de agosto em entrevista cedida ao jornal, Áureo Vidal Ramos, representante do clã dominante na cidade, manifestava o otimismo arenista:

Estamos entusiasmados porque sentimos que os companheiros arenistas lageanos estão imbuídos dos melhores propósitos no sentido de fazer uma campanha à altura das tradições de nossa terra, para que a prefeitura de Lages venha a ter em breve uma administração com os pés no chão. Uma administração correta. Uma administração firme, para Lages voltar ao progresso e desenvolvimento que ela sempre teve. Naturalmente vamos respeitar as tradições lageanas, vamos convocar o povo lageano, vamos dizer a ele das vantagens do Governo, das vantagens da ARENA, das vantagens da revolução.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> Correio Lageano. Lages, 26/08/1976.

<sup>5</sup> Correio Lageano. Lages, 26/08/1976.

<sup>6</sup> Correio Lageano. Lages, 26/08/1976.

<sup>7</sup> Correio Lageano. Lages, 28/08/1976.

Áureo Vidal Ramos mantinha-se como um personagem político com respaldo na cidade e seu grupo político deveria ser levado em conta em suas posições. Faz-se notar no seu discurso o apoio integral à ARENA, porém sem mencionar nenhum dos nomes de candidatos ao cargo de prefeito de Lages. Em 1976 não poderiam ser repetidos os erros anteriores, quando parte da família Ramos, ainda que subrepticiamente, havia apoiado o candidato vencedor, do MDB. De todo modo, a família não esteve diretamente envolvida nas eleições. Chegou a ser aventada a candidatura de Manoel Antunes Ramos, que fora Presidente do Diretório Municipal da ARENA durante as eleições de 1972, mas isso não se concretiza.

O afastamento da família Ramos estava a indicar dois processos simultâneos: por um lado, sugeria uma transformação importante e um provável desgaste dos nomes históricos que estaria a exigir novos atores entre aqueles que pretendiam defender o “status quo” num município que passava por importantes transformações sociais, com a presença marcante de grupos populares em suas periferias, que formavam um eleitorado de difícil manejo.

Além disso, a estrutura partidária da ARENA não era uma simples reprodução do PSD e da UDN. Com o decorrer do tempo as escolhas internas do partido passaram a ser guiadas por outras necessidades, especialmente num momento de avanço quase inédito da oposição. Embora houvesse pretensões da rede de relações que circundava a família em se fazer presente nos rumos do município, o respaldo dentro da própria ARENA diminuía. As questões salientadas no capítulo anterior, como a criação de um grupo dentro do partido governista lageano, visando retirar da supremacia política as velhas alianças, podem explicar a não materialização da candidatura de Manoel Antunes Ramos para a prefeitura de Lages.

Outra inovação importante pode ser constatada na atitude do Correio Lageano que, ao contrário de 1972, mostrou-se mais aberto à divulgação de informações referentes ao MDB e aos candidatos emedebistas. Nas últimas semanas antes do pleito, os perfis dos candidatos do partido foram publicados e receberam espaço. Este feito não ocorria nas publicações de 1972, quando os emedebistas praticamente não receberam atenção do jornal, em comparação com as citações dos mesmos em 1976. Os currículos políticos e administrativos dos candidatos a prefeito ocupavam boa parte das páginas do jornal. Obviamente a atenção estava voltada para as sublegendas principais

de cada partido. No caso do MDB, aquela que reunia Dirceu Carneiro e Celso Anderson de Souza, enquanto que, de parte da ARENA, era a sublegenda de Paulo Alberto Duarte e João Cardoso a que recebia o maior foco. As outras sublegendas eram apenas citadas em notas pequenas, não tendo maior destaque pelo jornal. Essas outras sublegendas não entravam no embate político-eleitoral de igual para igual. Isso porque tais sublegendas praticamente serviam para apaziguar e acomodar possíveis divergências nas correntes existentes no interior dos partidos, buscando a harmonia interna diante dos embates entre diferentes interesses diante das relações que se estabeleciam sob as duas únicas opções partidárias para os atores no palco político.

As memórias do então candidato Dirceu Carneiro sobre a campanha eleitoral não abrem espaço para dúvidas sobre sua vitória, que considerava praticamente assegurada e explica o porquê das sublegendas do MDB:

Eu fiz um bom trabalho como vice, eu cuidei da área administrativa, sou arquiteto, conhecia essa gestão de máquinas e coisa e tal, de gente de obras, eu cuidei bastante dessa área. Então quando foi para escolher os candidatos, eu não tinha adversário, né!? Já estava frouxa a coisa, já estava definido. Então como os adversários sempre colocavam três na sublegenda, nós também colocamos três pra equilibrar, para ninguém botar dúvida que nós tínhamos preenchido todos os requisitos.<sup>8</sup>

Seu desempenho como vice-prefeito fez crescer substancialmente sua imagem dentro e fora do partido. “Teve quatro anos para fazer sua campanha” (ALVES, 1998, p.27). Dirceu Carneiro salienta as diferenças existentes entre o eleitorado urbano e aquele que habitava o interior do município, algo que muito importante para a análise sobre o que estava ocorrendo:

Como eu sabia que nós ganhávamos na cidade, eu comecei a cuidar melhor do interior, mas perdíamos no interior, e como eu sou do interior, conheço a linguagem, a cultura do interior, aí entrei direto no interior. E também no mesmo sentido, organizando todas as comunidades em diretórios partidários e tal. (...) Fazendo a campanha eu durante o dia trabalhava no interior, o dia inteiro e andava por tudo e daí de noite eu vinha pra cidade pra participar dos comícios, eu já fazia as organizações de bairro, já tinha bastante conhecimento nessa área e então eu tratava das questões urbanas durante a noite e de dia eram as coisas do campo.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido à Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.

<sup>9</sup> CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido à Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.

Percebe-se na fala de Carneiro sua estratégia a partir de uma percepção dos mecanismos eleitorais que prevaleciam na cidade e das sociabilidades que deveriam ser mobilizadas durante a campanha. A compreensão sobre formação social do eleitorado, de suas importantes diferenças, das nuances que envolviam uma cidade em transformação, propiciava ao então candidato, meios para interpretar possíveis demandas da população, bem como desenvolver estratégias para sua trajetória na corrida. Além disso, sua formação como arquiteto auxiliava na imagem de bom administrador, uma idéia que o próprio regime militar havia construído para favorecer seus apoiadores, passava a ser uma bandeira da oposição. Segundo Luís Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, o momento de maior respaldo social da ditadura militar, na primeira metade da década de 1970, quando do chamado “milagre econômico”, caracterizado pela grande expansão da economia brasileira, teve como fator importante a opção do regime pela chamada “legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados” (2003, p.207-241). Isso favoreceu a busca do crescimento através da ação de técnicos e planejadores governamentais com formação acadêmica, em concorrência aos políticos tradicionais. Este aspecto merece ser ressaltado: na mesma época, por exemplo, o Prefeito da Capital do Estado, Esperidião Amin, da ARENA, administrador de formação, apresentava um Plano Diretor para a cidade e construía uma imagem de competência administrativa que seria constantemente explorada nas décadas seguintes.

Dirceu Carneiro durante o período em que fora vice-prefeito, exercera o cargo de secretário de Obras e Viação, no qual pôde utilizar a sua profissão criando estratégias para o melhoramento da cidade, bem como através do contato com a população pôde angariar certa popularidade.

Mas também era importante reunir os conhecimentos acerca do saber-fazer político tradicional, com o conhecimento do tipo de mensagem retórica necessária para atrair o eleitorado do interior do município. O partido do governo federal, durante a experiência do bipartidarismo, teve dificuldades para se afirmar eleitoralmente nas áreas urbanas de Lages. Além disso, com decorrer dos episódios de competição eleitoral, ocorreu a perda sistemática de base eleitoral da ARENA nos outros segmentos da cidade. (KINZO, 1980, p.223).

Como não havia possibilidade de uma campanha eleitoral mais ferrenha e aberta de críticas ao regime militar, por parte do MDB, e visto que os ares autoritários do regime pairavam em Lages de modo acentuado, o depoimento de Dirceu Carneiro demonstra um conjunto de táticas possíveis diante de uma corrida eleitoral marcada pelo rígido controle autoritário:

Nós sabíamos que a ditadura não era moleza, nós sabíamos que se eles pudessem eles pegavam. Mas os que eles pegavam? O discurso político. Então ela enquadrava os agentes políticos, os deputados, prefeitos e vereadores pelo discurso. Então se e o cara começasse a dizer aquelas palavras, aquelas coisas ele já era suspeito aí qualquer coisa ia pro saco. E aí o que nós fizemos: nós estudamos bem direitinho esse negócio e aqui o lema era o seguinte, língua de veludo e mão de ferro. Porque nós fazíamos as ações mais radicais que tu pode imaginar e o discurso mansinho e mole. Nunca nos pegaram e olha que nós fizemos subversão do primeiro ao ultimo dia e eles não conseguiram nos pegar, porque eles não compreendiam essa ação que você faz que ela é radical ação é radical, o discurso é molenga.<sup>10</sup>

Nas eleições, a sublegenda de Dirceu Carneiro recebeu 27.848 votos, a de Francisco Küster recebeu 1.231 e, apesar de não serem computados, dada à desistência do candidato, Aristiliano (Nenê) Melo de Moraes recebeu 523 votos. Quando às sublegendas arenistas: a de Paulo Duarte recebeu 11.462 votos, enquanto que Evaldo Amaral recebeu 8.301 e Aderbal Andrade 4.621 votos.<sup>11</sup> É visível a predominância de Dirceu Carneiro frente os outros candidatos. Mais visível ainda, sua capacidade aglutinar os votos do MDB, enquanto que os recebidos pela ARENA foram dispersos, em bom número, pelas três sublegendas. Uma vez mais restava demonstrado que os grupos tradicionais da cidade estavam divididos e não conseguiam interpretar a contento, àquela altura, o que se passava no município.

As questões internas no partido estavam relacionadas às disputas entre setores que exigiam um maior combate político do MDB no contexto de lutas contra a ditadura militar e os que defendiam posições moderadas, se não abertamente conservadoras. Essas posições haviam se cristalizado na época em que o partido estava na oposição no município e foram reiteradas quando chegou ao poder. Desde o final da década de 1960 havia duas alas emedebistas dentro do partido. Em Lages, Juarez Furtado liderava a ala

---

<sup>10</sup> CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido à Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.

<sup>11</sup> Correio Lageano. Lages, 17/11/1976.

dos “moderados” do partido, enquanto Dirceu Carneiro era a face visível da ala dos “autênticos”. (SILVA, 1994, p.59) Quanto às divergências entre estas duas correntes, Carreirão destaca a seguinte descrição feita em entrevista cedida a ele por Roberto Motta, dirigente do MDB naquela época para distinguir as duas alas emedebistas:

“... uma (tendência) de conciliação permanente com o regime... tendência que não era de combate sistemático, era de uma oposição... sem grandes diferenças essenciais (em relação ao regime). Se refletia mais por questões locais, por brigas de lideranças. Havia gente do MDB que... se não publicamente mas nos bastidores, pouco fazia para combater o regime autoritário.

Em contraposição a isso, o nível nacional e que refletiu aqui... , uma tendência que queria a substituição do regime autoritário o mais rápido possível, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e – grande divisor de águas... é que a substituição do regime autoritário teria que se dar não só no plano das liberdades formais e democráticas, mas também que teria que se passar por um processo de distribuição de renda, de defesa das riquezas nacionais... enfim, que as mudanças se dessem também no plano social e econômico e não só no plano político”. (CARREIRÃO, p.100)

Estas disputas acirraram-se no decorrer dos anos da administração de Juarez Furtado. Em 1976 tais dissensões estavam ainda mais polarizadas, alimentadas ainda por diferenças individuais dos dirigentes do MDB. Isso tornou possível, contudo, ao candidato que representasse naquele momento maiores possibilidades de mudanças na política da cidade saísse beneficiado. Dirceu Carneiro pôde manobrar acontecimentos que convinham aos interesses da população em sua maioria e abarcou um número de votos visivelmente superior às outras cinco sublegendas. Tais mudanças não diziam respeito apenas ao âmbito municipal, mas deve-se entender que também representavam uma resposta ao regime autoritário.

Os desacordos internos sugerem comportamentos políticos singulares de cada um desses atores. Segundo Márcio Moreira Alves, contrariamente a Juarez, o homem do asfalto, Dirceu foi um “homem da terra”.

Nascido em Caçador, onde o pai tinha uma fazenda, desde cedo apaixonou-se pela agricultura. Essa paixão, que o faz experimentar na sua propriedade do município Campos Novos, todas as novidades que procura promover como prefeito, aliou-se a uma análise técnica da crise da indústria madeireira, para resultar em uma decidida opção agrícola na sua administração, só que não é uma opção comum, gênero tecnocrata-de-Brasília, que privilegia os macro-projetos despovoadores do campo e grandes consumidores de máquinas e petróleo é a preferência pelo pequeno, pelo aproveitamento intensivo da mão-de-obra e da terra. Implica na organização de pequenos e médios proprietários, em fazê-los discutir, com os técnicos agrícolas para aprimorar

os seus conhecimentos profissionais, abrindo-os às experiências com culturas novas, e implica na formação de cooperativas, tanto para a compra do que necessitam como para a venda do produto do seu trabalho. E, sobretudo, é uma opção pela utilização dos recursos locais e pela utilização da natureza com respeito pelo seu equilíbrio.(ALVES, p.27-28)

Dirceu Carneiro não possuía um histórico eleitoral anterior a 1970: fora um dos novos atores que adentraram no cenário político lageano desde as eleições de 1972. Sua presença na chefia do executivo lageano findaria a presença e influência da família Ramos no cargo. Na memória política da cidade, Juarez Furtado aparece como o iniciador de um processo de mudanças na “forma de governar”. Fora um prefeito ousado e mais dinâmico que os seus antecessores, além disso, apesar de possuir o apoio dos Ramos nas eleições de 1972, não era representante do partido que abarcava os interesses da família. Foi desde este momento que não se fez notar o patronímico Ramos no cenário eleitoral de Lages, quanto menos no cenário estadual. Lages agora obteria visibilidade por apresentar um governo inovador e não mais por ser reduto de uma elite política que perpetuou nas tramas político-partidárias de Santa Catarina.

Segundo Edinara Teresinha de Andrade, “em um município de porte médio, sem nenhuma expressão nacional, situado no interior do Estado de Santa Catarina, efetivou-se uma administração totalmente diferenciada de todas as outras existentes no país, até mesmo daquelas administradas pelo MDB até 1976”. (ANDRADE, 1994, p.25) Segundo esta autora esta passagem foi resultado de uma práxis que foi se moldando a partir da década de 1970, a nível internacional, nacional e municipal.<sup>12</sup>

Ou seja, a “equipe Dirceu Carneiro” trazia a Lages um novo contexto social, uma nova cultura política onde a interação entre a população e o governo local desenvolve-se diferentemente das relações que se estabeleciam até aquele momento. Para tanto essa nova mobilização inicia-se por intermédio do MDB, com a criação de “núcleos e subnúcleos do partido nos bairros e nos distritos”. (ALVES, p.29). Segundo Dirceu Carneiro:

---

<sup>12</sup> A autora sugere a emergência de novas correntes teóricas e filosóficas que passam a criticar o centralismo burocrático, o autoritarismo e o dogmatismo revolucionário que fundamentaram os movimentos sociais tradicionais. Sugere também uma série de acontecimentos que contribuíram para a formação de uma nova cultura política da esquerda europeia. Já com relação às mudanças da cultura política de esquerda e à oposição democrática brasileira, segundo Andrade torna-se relevante a adoção de novas estratégias que se inauguram dentro do jogo eleitoral. ANDRADE, op. cit., p.26-28.

Essas coisas foram uma elaboração coletiva. Primeiro a gente tinha a idéia de fazer alguma coisa digamos assim nós queríamos ajudar a redefinir a política, nós não estávamos satisfeitos com a política e nos queríamos oferecer alternativas à política e aí nós começamos a perceber que no Brasil os agentes políticos, as lideranças políticas eles ocupavam seus espaços políticos a partir da realização de obras, era um tocador de obras.<sup>13</sup>

Havia uma percepção de transformações socioculturais no Brasil, naquele contexto, que impactavam a questão política. A premissa de redefinição da política apontava para uma discussão ampla e abrangente sobre o tema dos direitos políticos da população, que eram bastante restritos, num ambiente de ditadura militar. A participação política era minimizada e as possibilidades de expressar demandas civis eram controladas. A inovação permitida pelo tipo de administração durante a gestão Dirceu Carneiro possibilitou ainda que, além de direitos políticos, uma parcela importante da população lageana tivesse contato, talvez pela primeira vez, com a possibilidade de pensar seus direitos civis, ou seja, direitos básicos de cidadania, como saneamento básico, ruas calçadas, etc, mas não apenas em áreas centrais do município, mas também na área periférica lageana. Estas questões podem ser compreendidas a partir do depoimento do então prefeito:

Então nós começamos a pensar o seguinte o governo naquele tempo, a ditadura nomeava todos os governadores, todos os prefeitos de capitais, todos os prefeitos de fronteira, todos os prefeitos de instância hidromineral, só sobravam os do interior e aí o que fizemos: visualizamos que o nosso modo de ocupar os espaços políticos, de exercer o nosso papel não era fazendo obra, porque a gente não tinha dinheiro pra fazer obras e nós discordávamos desse perfil. Então o que nos interessa: mostrar para a sociedade que existem outras formas para você fazer as coisas e fazer bem feito e fazer as coisas que as pessoas precisam. Este foi o propósito, ganhar os espaços políticos e conquistar os espaços políticos através de uma proposta de diálogo, de participação popular de mobilização de forças, da sociedade para realizar as coisas que eles precisam. Então o que a gente colocava pras pessoas: oh pessoal o dinheiro é esse, dá pra fazer isso. Mas vocês tão precisando muito mais e o que nós vamos fazer? Vamos fazer nós. Vocês com a força de vocês, nós com as máquinas que nós podemos oferecer, com os projetos que nós podemos desenhar e vamos tocar. E as pessoas topavam isso porque sabiam que era uma coisa sincera não tava tapeando ninguém, nós estávamos mostrando a realidade e mais vamos além, dali uns tempos que começamos a estabelecer esse tipo de coisa e ter uma boa resposta agora vamos na coisa mais importante discutir orçamento! Tínhamos muita organização social. Todas as áreas tinham organização. 150 organizações!<sup>14</sup>

<sup>13</sup> CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido a Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.

<sup>14</sup> CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido a Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.

Deve-se, portanto, atentar para um aspecto importante: novas formas de atuação política, ainda que tímidas, guardavam relação com a mobilização de redes de relacionamento social que se davam nas sociabilidades criadas pelo processo de urbanização recente da cidade. Nos bairros, nos núcleos comunitários, em espaços associativos diversos, novas sociabilidades estavam se formando e o governo municipal de 1976 percebeu tais condições. Marco Morel, em estudo sobre movimentos associativos e suas sociabilidades, adverte que as associações podem cumprir várias funções sociais, ou seja, “sugere que as dimensões econômica, filantrópica, pedagógica, corporativa, política e cultural podem encontrar-se imbricadas numa mesma instituição” (MOREL, 2010, p.5).

Lages encontrava-se diante de novas práticas onde os diferentes atores sociais articulavam-se em diversas instâncias do poder: havia associações e variadas possibilidades de decisão e de consulta. Surgiu uma rede de mecanismos de sociabilidades que se aproveitou de relações tradicionais, em favor de uma gestão com feições inovadoras, o que repercutiu em trocas de idéias, favores e demandas entre munícipes e colaboradores da gestão Dirceu Carneiro. Este alargamento das relações que se estabeleciam entre população e dirigentes foram iniciados no momento em que as pessoas optaram por votar no candidato (ou no partido) cujas propostas e a própria campanha eleitoral apontavam para aproveitar as novas condições surgidas. Janaína Carla Vargas Hilário, ao atentar para as sociabilidades partidárias, salienta que “os partidos políticos operam uma socialização política pelo viés de sua cultura, estruturam o eleitorado, organizando de algum modo a sociedade segundo novas divisões” (2006, p.142-153). Os atores do MDB neste momento, de certo modo, responderam a alguns interesses da população, reformulando tradições herdadas de antigas agremiações, adequando-se às novas demandas. Hilário acrescenta ainda que um partido “necessita mudar o seu programa e, conseqüentemente, sua cultura, para se adequar às novas conjunturas e para se manter no poder”(p.150). Diferente dos anos subseqüentes a este momento, cresceu a participação das comunidades na discussão e resolução de suas dificuldades, o que foi um aspecto fundamental, senão central das elaborações coletivas que se realizavam na cidade. As organizações eram mantidas pelos próprios moradores dos bairros, sendo que cada indivíduo responsabilizava-se por alguma atividade, coordenando participações de grupos para a construção de casas, conservação de hortas,

coleta de lixos, etc. Além de questões como assistência médica e educação que foram aprimoradas durante o período de 1977-1982.

Olha, nesse período nós fizemos um trabalho em todos os setores. Você tem uma relação dos dedos da mão pra fazer as tarefas que lhe cabem né. Então se você diz assim, que a saúde nesse dedo é prioritária e aumenta ele, você perde a relação da mão, você não vai mais poder usar tua mão porque esse aqui deformou então as políticas públicas são assim também, é um equívoco dizer q a prioridade é a educação. Tudo é prioridade. E aí então nos trabalhos com todos os setores da pessoa humana, educação, renda, emprego, lazer tudo q era possível nesse sentido. E trabalhamos num certo equilíbrio da cidade e do interior porque há um massacre dos setores urbanos sobre os rurais nesse conflito de cultura, e nós reforçamos muito o setor rural pra ele sustentar esse embate.<sup>15</sup>

Havia associações de bairro, hortas comunitárias, políticas de saúde, mobilizavam-se recursos da própria população. Segundo Márcio Moreira Alves, trabalhava-se comunitariamente para que a cidadezinha remota do Planalto Catarinense abrisse seus próprios caminhos.(ALVES, p.29).

Andrade conceitua a atuação de Dirceu Carneiro como um clientelismo de massas, que segundo sua formulação traria:

a) uma maior visibilidade das políticas públicas desenvolvidas ao nível do poder local; b) diminuição do grau de afeto, lealdade e dependência por parte da clientela em relação aos líderes políticos municipais; c) avaliação mais instrumental dos atores no que diz respeito ao relacionamento entre poder público e população; d) reconhecimento por parte da população da legitimidade das organizações comunitárias como interlocutoras de suas reivindicações junto ao poder público municipal. (ANDRADE, p.128-129).

Porém, a mesma autora acredita que este clientelismo não deve ser percebido como uma mera sobrevivência do arcaísmo político, sendo que “configura-se como um avanço nas relações entre a sociedade civil e o Estado, contendo desta forma elementos modernizantes para a intermediação entre estes dois segmentos do sistema político” (ANDRADE, p.158)

As trocas entre sujeitos, e as intermediações entre prefeitura e população que se estruturaram permitiram que a capacidade de filtrar demandas e interesses sociais se fortalecesse. Segundo Erno Seibel e Heloísa de Oliveira, “é no campo das políticas sociais que a seleção social do tipo clientelista assume seu formato mais primário, pois

---

<sup>15</sup> CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido à Tâmyta Rosa Fávero. Lages, 22 de março de 2010.

se pauta na organização de relações entre Estado e sociedades baseadas no personalismo, reciprocidade de benefícios e nas lealdades individuais”. A relação mantida nas experiências participativas segundo as autoras acima citadas e no âmbito das políticas públicas “provocam fortes constrangimentos às práticas seletivas clientelistas, não logrando, no entanto, sua supressão” (2006, p135-145).

Havia novos atores políticos que versam novas formas de “fazer política”, em todo o país, seja em novos movimentos sociais ou em espaços tradicionais, mas apropriados diversamente (SADER, 1988). Existia, além disso, o processo de abertura política iniciado no governo de Ernesto Geisel, quando o fim do milagre econômico minou ainda mais a capacidade do partido do governo de angariar votos. Levantemos ainda um dado importante: se durante as eleições de Juarez Furtado o apoio das antigas oligarquias ainda poderia trazer votos para seu candidato, com Dirceu Carneiro, sua vitória fora por outras questões, já que o apoio da família Ramos voltou à ARENA.

O processo eleitoral que consolidou Dirceu Carneiro na presidência do executivo lageano aconteceu diferentemente do processo ocorrido em 1972. Se antes era possível perceber claramente a presença da rede de relações e interesses que findava no poder político dos Ramos, em 1976 se elas existem não são visíveis.

Entretanto por mais que percebamos uma mudança no mecanismo eleitoral, devido à abertura política e à gama de vitórias emedebistas nas eleições de 1974, é fundamental levar em conta que muitos votos são conquistados propriamente pelo candidato. Isso acontece tanto nas eleições municipais de 1972 quanto em 1976. Os votos canalizados para as candidaturas arenistas também podem ser expressos pela imagem política dos candidatos e não necessariamente para a sigla da ARENA. “Quer dizer, é importante considerar que os candidatos da ARENA não apenas representavam o movimento de 1964 e o novo regime, mas também possuíam vínculos com o eleitorado muito anteriores àquela marca, representando muito mais do que isso”. (GRINBERG, p.148) A questão levantada por Lúcia Grinberg pode ser pensada também para os padrões de comportamento dos eleitores que apoiava o MDB. Pode-se sugerir que há uma justaposição entre o voto na sigla emedebista e o voto relacionado devido o apoio individual aos candidatos. Quer por esta nova relação entre o candidato e a população presentes em ambos os candidatos vencedores pelo partido de oposição ao

governo (1972 e 1976), quer pela canalização do voto à sigla do MDB. Ambos os fatores podem ser vistos como complementares um ao outro.

Lamounier salienta que o leque que motiva o voto é bastante extenso e deve vir associado a questões de diversas espécies. Recorre então à dois elementos da sociologia política: um seria o voto ideológico e outro que seria o voto de clientela. Sendo que o primeiro associa-se ao partido, ou seja, a sigla como catalisadora de apoio eleitoral e o segundo que poderia vir associado ao personalismo (1980, p.30-31).

Lages, com seus quase 100.000 habitantes em meados da década de 1970 não possuía mais a face de um município predominantemente rural. As relações políticas outrora moldadas basicamente através da atuação dos grandes fazendeiros que dominavam a esfera pública lageana sofreram um processo de dissolução, lenta e gradualmente, ao surgir no horizonte novos comportamentos e novos personagens sobre um palco inovador (por que não?).

Todo o país passava por transformações, porém atentando apenas para a exterioridade dos resultados, estes não explicam as singularidades de cada espaço. O efêmero sofre influência dos processos lentos e contínuos que andam justapostos às novas práticas e às relações sociais que se moldam e resultam em mudanças políticas. Novamente as explicações transcendem o significado numérico imediato e devem ser pensadas no contexto de um momento de incertezas no país, e no caso aqui investigado, de uma Lages que experimentava um cenário político novo.

### **Referência Bibliográfica**

ALVES, Marcio Moreira. **A força do Povo: democracia participativa em Lages**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p.27.

ANDRADE, Edinara Teresinha de. **A experiência de participação popular no município de Lages - gestão 1977-1982: transição a um clientelismo de massas**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação, 1994. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais), p.25

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMÓND, René. **Por Uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003, p.5

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e Sistema partidário em Santa Catarina: 1945 – 1979**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990, p.119.

HILÁRIO, Janaína Carla Vargas. **História Política - cultura política e sociabilidade partidária**: uma proposta metodológica. História Unisinos, 2006, 142-153. Disponível em:

<[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art03\\_hilario\\_historia.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art03_hilario_historia.pdf)> Acesso em: junho de 2010.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Novos Partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar. **Voto de Desconfiança**: eleições e mudança política no Brasil (1970 – 1979). São Paulo: Editora Vozes Ltda, 1980, p.223.

LAMOUNIER, Bolívar. (Org.). **Voto de Desconfiança**: Eleições e mudança política no Brasil (1970 – 1979). São Paulo: Editora Vozes Ltda, 1980, p.7.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 88.

MOREL, Marcos. **Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n°28, 201, p.5. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2147/1286>> Acesso em: junho de 2010

PRADO, Luís Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá Earp. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1977-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano - O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. p. 207-241.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 330 p.

SEIBEL, Erni J; OLIVEIRA, Heloísa M. J.; **Clientelismo e seletividade**: desafios às políticas sociais. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EdUFSC, n.39, p.135-145, abril de 2006. Disponível em: <[http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch39/RCH39\\_artigo\\_7.pdf](http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch39/RCH39_artigo_7.pdf)> Acesso em: junho de 2010.

SILVA, Elizabeth Farias da Silva. **O fracasso da oposição no poder** – Lages: 1972 – 1982. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

## Fontes

Correio Lageano. Lages, 1976.

CARNEIRO, Dirceu. Depoimento oral e gravado concedido à Tâmyta Rosa Fávero. Lages, março de 2010.